

Dossiê

GOVERNANÇA MULTINÍVEL, MEDIA E DESENVOLVIMENTO EM ÁFRICA OCIDENTAL: PARADIGMAS EM (DES) CONVERGÊNCIA?

*MULTILEVEL GOVERNANCE,
MEDIA AND DEVELOPMENT
IN WEST AFRICA:
PARADIGMS IN (NON)
CONVERGENCE?*

Vlademiro Furtado* 

* Universidade de Cabo Verde, Faculdade de Ciências Sociais, Humanas e Artes, Palmarejo Grande, Zona K, Ilha de Santiago, Cabo Verde.
E-mail: vlad-salva@hotmail.com

RESUMO

África tem sido apontado como um continente subdesenvolvido onde os paradigmas teóricos de desenvolvimento formulados e aplicados em outras latitudes não têm encontrado a mesma correspondência empírica dos países desenvolvidos. Assim, este artigo procura estabelecer uma perspectiva histórica do conceito de desenvolvimento e das relações estabelecidas com a comunicação social e a governação dentro do quadro temporal que vai das independências africanas ao século XXI. Embora os conceitos de desenvolvimento, media e governação multinível sejam fenómenos inseridos num contexto de teorias formuladas a nível mundial, eles não deixam de assumir especificidades e características próprias quando se quer aplicá-los ao campo especificamente africano. Nele, salta-nos à vista dois períodos principais e diametralmente opostos quer do ponto de vista político, quer do ponto de vista sociocultural: os primeiros 30 anos da pós-independência dos países africanos (nos quais emerge também a ideia de integração africana) e as mudanças de paradigma e abertura política verificadas a partir dos anos 90 do século passado. A evolução dos dois paradigmas – o da comunicação e o do desenvolvimento –, que passam a colocar as pessoas no centro, de um lado, e a fornecê-las com «vez» e «voz», de outro, funde-se e mostra uma reciprocidade entre a evolução dos próprios conceitos e a evolução das formas de governação. Todavia, no caso da África Ocidental, constatamos que em muitos países dessa sub-região, as evidências teóricas de convergência entre esses paradigmas verificadas em nível mundial não têm encontrado a mesma correspondência empírica, o que sugere que na maioria dos casos africanos esses paradigmas seguem trajetórias opostas.

Palavras-chave: Media, Desenvolvimento, Governação Multinível, África Ocidental, Cabo Verde

ABSTRACT

Africa has been appointed as an underdevelopment country where the theoretical paradigms of development formulated and applied in other latitudes didn't met the same empirics correspondence of developed countries. Like this, this article seeks to establish a historic perspective of the development concept and the relations established with the media and governance within the temporal scenario that goes of africans independences to 21st century. Although the concepts of development, media and multilevel governance be phenomenon's inserted in the context of theories formulated in the global level, they don't stop assuming the own specificities and characteries when it's applied on the african field. There is two principals and opposed periods, either of the point of view politics, either of the point of view social and cultural: the first 20 or 30 years of post-independencies of african countries (in that rise to the idea of african integration) and the changes of paradigms and the politics openness verified since the 90 years of the past century. The evolutions of the two paradigms – the media and the development –, that put the persons in the center on the one side, and provides "time" and "voice", on the other side, show a reciprocity between the evolution of the own concepts and the evolution of the governance forms. However, in the West Africa case, we constate that in many countries of this under-region, the theoretical evidences of convergence between this paradigms verified in the global level didn't met the same empiric correspondence suggesting that in the majority of african case these paradigms follow opposed paths.

Keywords: Media, Development, Multilevel Governance, West Africa, Cape Verde.

INTRODUÇÃO

A ligação entre os media e o desenvolvimento tem sido amplamente estudada a nível global. A partir dos anos 60 a esta data, são várias as teorias que a sustentam e a explicam e, não obstante as mudanças verificadas nalgumas dessas teorias, mantém-se a firme convicção de que há, efetivamente, certa conexão entre esses paradigmas. Assim sendo, este trabalho pretende mostrar um pouco da evolução da forma como a relação entre os *media* e o desenvolvimento (e a democracia) foi sendo encarada nos últimos 50/60 anos, a nível mundial e, particularmente, em África Ocidental.

O estabelecimento desta conexão evidencia, em termos teóricos, uma evolução convergente entre as mudanças de paradigmas sobre a comunicação social e o desenvolvimento. Ambos começam numa visão *top-down*, em que o Estado é o princípio e o impulsionador de tudo, e vão evoluindo para uma relação interativa com outros *players*, nomeadamente a sociedade civil e seus respetivos microcosmos, que são as comunidades e os cidadãos individualmente considerados.

Após a análise desta relação, estabelece-se, no segundo momento, o paralelo com a governação, sendo que na linha da evolução histórica dos paradigmas é possível ver como a governação multinível surge com naturalidade, em todas as suas três dimensões, conforme definidas por Piattoni.¹ Destaca-se aqui a dimensão que relaciona o centro e a periferia, e a que se refere ao Estado e à sociedade, embora a própria dimensão relativa ao nacional e ao internacional, que completa a tridimensionalidade, possa também aqui ser incluída e aquilatada.

A metodologia qualitativa baseada na análise documental dos principais textos e obras bibliográficas assume uma centralidade e atenção particulares na prossecução do objetivo traçado para este trabalho. Assim, obras como *Media e Democracia*, de Hyden, Leslie e Ogundimu,² oferece-nos *inputs* essenciais para a análise que nos propomos. Contudo, per si, ela afigura-nos como demasiado insuficiente para permitir a análise interrelacional a que nos propomos, mais ainda quando pretendemos mostrar a (des) convergência com a abordagem da governação multinível.

Para melhor ilustrar esta relação, pegamos, ainda que de forma muito sucinta, no exemplo de Cabo Verde, pequeno país da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental que tem feito um percurso notável e registado avanços institucionais significativos nos domínios da democracia, média e desenvolvimento. Através deste exemplo, pretendemos analisar até que ponto a (des)convergência dos paradigmas

1 PIATTONI, Simone. Multi-level governance: a conceptual analysis. *Journal of European Integration*, [s. l.], v. 31, n. 2, 2009. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/07036330802642755>. Acesso em: 17 ago. 2025.

2 HYDEN, Goran; LESLIE, Michael; OGUNDIMU, Folu (eds.). *Media and democracy in Africa*. New York: Routledge, 2002.

propostos segue uma regra geral e evolução linear. Para isso, começaremos pela apresentação da discussão teórica dos conceitos e/ou paradigmas que enformam este trabalho, sem perder de vista o quadro de referência empírico no qual queremos testar a nossa hipótese teórica: de que em Cabo Verde, contrariamente ao que acontece com os seus congêneres oeste-africanos, os paradigmas em questão tendem a ser convergentes, ou seja, concorrem para o mesmo centro de enunciação.

CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO

Para melhor percebermos esta tríade aqui proposta (desenvolvimento, *media*, governação multinível), temos que, primeiro, tentar perceber a que nos referimos quando falamos em desenvolvimento – um conceito abrangente –, que pode dizer respeito a áreas distintas como a economia, a sociedade, a ciência e tecnologia. Um conceito que foi mudando nas últimas décadas num paradigma que acaba por aglutinar todas as definições mais lineares e isoladas.

Por exemplo, o dicionário *Larousse*, bem como outras obras de referência, define o desenvolvimento económico como «*Amélioration qualitative et durable d'une économie et de son fonctionnement*».³ A par dessa dimensão económica, ressalta também a dimensão social do desenvolvimento, vincada sobretudo pelo Banco Mundial,⁴ que afirma que o desenvolvimento «*se concentre sur la nécessité de placer les populations au premier plan des processus de développement*» e «*favorise l'inclusion sociale des personnes pauvres et vulnérables*».

Nos últimos anos, o desenvolvimento passou, porém, a ser visto de uma forma holística, equilibrando o crescimento económico com a equidade social e acrescentando a proteção ambiental. É o chamado desenvolvimento sustentável, que é visto como o desenvolvimento «capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações».

Para conseguir esse tipo de desenvolvimento, organizações como a UNESCO afirmam que mais do que nunca é necessário «*informed, organized citizens capable of making the right choices to deal with the complex situations increasingly confronting societies today*».⁵ Assim, para alcançar esse desiderato de cidadãos críticos, informados e organizados proposto pela UNESCO, Amartya Sen⁶ propõe uma mudança significativa no conceito de desenvolvimento até aqui delineado e concebido.

3 Développement. *Dictionnaire Larousse*. Disponível em: [#24835](http://www.larousse.fr/dictionnaires/francais/d%C3%A9veloppement/24951?q=d%C3%A9veloppement). Acesso em: 6 jan. 2018

4 Banque Mondiale. *Développement social*. Disponível em: <http://www.banquemondiale.org/fr/topic/socialdevelopment/overview>. Acesso em: 15 nov. 2018.

5 Unesco. *Education for Sustainable Development*. Disponível em: <http://portal.unesco.org/en/ev.php>. Acesso em: 6 jan. 2018.

6 SEN, Amartya. *Development as freedom*. Oxford: Oxford University Press, 1999.

No seu trabalho clássico intitulado *Desenvolvimento como Liberdade*, Sen parte de uma abordagem que rejeita aspectos estritamente económicos como centrais e mais determinantes ao desenvolvimento tal como defendido pela teoria económica clássica para centrar a sua atenção em aspectos mais substantivos da vida humana e que até aqui tinham sido ignorado ou negligenciados por essa literatura económica que via no crescimento do PIB nacional, no aumento das rendas individuais e em outras variáveis económicas as condições indispensáveis ao desenvolvimento de países e nações pelo mundo.

Na sua conceituação, que aliás se tornou célebre, o desenvolvimento aparece como um processo de expansão de liberdades reais que as pessoas gozam ou desfrutam.⁷ Tendo isso em conta, Amartya Sen, pode muito bem ser considerado um revolucionário do próprio conceito de desenvolvimento, pois conseguiu verter elementos completamente ignorados pela teoria clássica hegemónica, ao pontuar que as liberdades humanas e a remoção dos obstáculos que impeçam o seu alcance, como a pobreza, a tirania ou carência de oportunidades económicas e sociais, seriam fundamentais para os países, mormente, os menos desenvolvidos, atingirem um patamar de desenvolvimento considerado satisfatório.

MEDIA E DEMOCRACIA NA ÁFRICA OCIDENTAL

Quando se quer analisar a informação e os *media* em África, há que ter em conta algumas características peculiares da região. Desde logo, e só para citar uma, de grande importância, o carácter oral e informal de todas as atividades culturais e económicas. Quando se fala em *media*, ou em estudos dos *media*, em concreto, essa característica está também presente e é de suma importância considerando pois que são usadas várias formas, para além dos tradicionais *mass media*, para comunicar. Mas há outras particularidades no continente. Assim, como salientam Hyden *et al.*, qualquer abordagem ao assunto (tal como em outras áreas) deve, ao mesmo tempo, ter em conta o que é «*universally applicable to the study of communications and politics and to those that are more specific to that region of the world*».

Assente a consideração, é de referir que a ligação entre jornalismo e desenvolvimento é consensual há várias décadas, seja a nível regional, seja internacional. Há inclusive uma vertente, ou uma especialização, em jornalismo – hoje já um pouco caída em desuso, na medida em que as abordagens são mais holísticas – que é o jornalismo de desenvolvimento. Esta expressão assume que «o desenvolvimento é um objetivo válido e que os *media* têm uma contribuição a dar nesse sentido. Na verdade, é esperado que os *media* persigam ativamente este papel».⁸

⁷ *Ibid.*, p. 3.

⁸ DOMATOB, Jerry; HALL, Stephen. Development Journalism in Black Africa. *Gazette*, [s. l.], v. 31, n. 1, p. 9-33, 1983.

Em termos históricos, as expectativas para o jornalismo de desenvolvimento em África foram primeiramente articuladas pelo líder pan-africano, grande impulsionador da integração africana e presidente do Gana, Kwame Nkrumah. Para este líder, os media eram uma ferramenta importantíssima na missão de desenvolver África e de a libertar dos laços do colonialismo. Na verdade, estes eram uma «extensão significativa» do governo e «das suas políticas para o desenvolvimento social, económico e cultural».⁹

Ao encarar-se o jornalismo como uma «extensão» do governo, é fácil perceber por que o «jornalismo do desenvolvimento» hoje é olhado com desconfiança. Porém, todos os conceitos têm de ser vistos à luz do seu tempo. Numa primeira fase, pós-colonialização, esse alinhamento dos *media* com o governo tinha os seus argumentos. É à medida que as sociedades evoluem, e sem prejuízo do papel de serviço público dos media, que ainda hoje é fundamental na imprensa, que a separação entre governo e media se evidencia. É ela que permite que os governos sejam escrutinados, pelo que assim a democratização dos *media* terá impacto na própria construção das democracias.¹⁰

Mais ainda, os media moldam os processos políticos, mas estes também moldam os media. Por exemplo, «*the extent to which political actors allow freedom of expression will influence the behaviour of media personnel*».¹¹ Esta asserção de Hyden *et al.* é evidenciadora de como o campo dos media tem sido construído em África e de como as liberdades civis têm sido canalizadas ao longo dos veículos de comunicação e da própria sociedade civil.

Entre nós (entenda-se, em Cabo Verde), há registos de que na comunicação social pública, quer durante o regime de partido único (1975-1990), quer durante boa parte do período democrático, que se inicia logo a seguir à abertura política nos inícios dos anos de 1990, permaneciam os assim chamados «comissários políticos» nos órgãos públicos de comunicação, que mais do que servir os interesses públicos, estavam ao serviço do partido no poder, que os nomeou.

Outro aspecto evidenciado pelos atores acima citados e que se afigura como uma característica central de países periféricos e, portanto, de tradição não-liberal, tem que ver com a aquisição de direitos e liberdades cívicos em nossos países. Contrariamente àquilo que Marshall¹² observou em países centrais e, mais concretamente, na Inglaterra, de que as liberdades cívicas precederam as liberdades políticas e sociais – e, conseqüentemente, os direitos e liberdades cívicos – teriam sido uma conquista dos cidadãos, em países periféricos como os nossos, os direitos e as liberdades sociais saíram na frente, tendo o Estado corporificado em seus principais dirigentes os únicos garantes e responsáveis pela distribuição e gozo dos direitos e liberdades cívicos.

10 ATTON, Chris; MABWEAZARA, Hayes. New media and journalism practice in Africa: an agenda for research. *Journalism*, [s. l.], v. 12, n. 6, p. 667-673, 2011.

11 HYDEN, Goran; LESLIE, Michael; OGUNDIMU, Folu (eds.), *op. cit.*

12 MARSHALL, Thomas. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

RELAÇÃO MEDIA – DESENVOLVIMENTO (ANOS 50-90)

Historicamente o papel dos media no desenvolvimento africano começou a receber atenção no final dos anos 50, início dos 60, do século XX.¹³ Como defendemos acima, tudo tem de ser visto à luz do seu tempo. Na altura, o foco era o desenvolvimento sócioeconómico e partia-se do pressuposto de que a «democracy would only be feasible once society had been modernized».¹⁴

Aliás, durante estes anos, que se convencionou designar-se de «período desenvolvimentista», dado o elevado enfoque colocado pelos teóricos da teoria da modernização económica nos fatores propiciadores do desenvolvimento, a democracia era vista como consequência natural e direta dos processos de modernização económica. O mais conhecido defensor desta teoria, o sociólogo e cientista político americano Seymour Martin Lipset,¹⁵ estabelece, no seu famoso artigo «Some Social Requisites of Democracy: Economic Development and Political Legitimacy», uma relação de causa e efeito entre essas variáveis, ao defender a tese de que a democracia está intimamente relacionada com o desenvolvimento económico dos Estados.

Assim, e tal como aconteceu em Cabo Verde (caso que analisaremos adiante, a título ilustrativo), a prioridade em todos os Estados-nação do continente era impulsionar o desenvolvimento para combater a fome, as doenças, etc. Só posteriormente as preocupações democráticas deveriam ser tidas em conta. Considerava-se mesmo que a democracia era, em si, um processo, ao qual se haveria de se chegar naturalmente. Portanto, eram teorias tidas em consideração a nível mundial e que, conforme referimos acima, defendiam que seria apenas pela via da industrialização, urbanização, etc. que estariam criadas as condições para o surgimento e a sobrevivência da democracia.

Então, embora se considerassem os mass media como um link importante para a modernização, defendia-se que estes deveriam ser suportados por uma massa crítica. Tem de haver, pois, urbanização e literacia, entendidas como pré-requisitos para a modernização, e estas, juntas, ajudariam a produzir os governos democráticos – o passo seguinte no processo de desenvolvimento.¹⁶

Paralelamente, o papel dos mass media no desenvolvimento e no fortalecimento da própria democracia não desmereceu atenção na equação proposta e tida como consensual durante várias décadas. Já em 1958, a Assembleia Geral das Nações Unidas

¹³ HYDEN, Goran; LESLIE, Michael; OGUNDIMU, Folu (eds.), *op. cit.*

¹⁴ *Ibid.*, p. 2.

¹⁵ LIPSET, Seymour Martin. Some social requisites of democracy: economic development and political legitimacy. *The American Political Science Review*, v. 53, n. 1, p. 69-105, 1959.

¹⁶ HYDEN, Goran; LESLIE, Michael; OGUNDIMU, Folu (eds.), *op. cit.*

reconheceu a importância desse mecanismo ao deliberar favoravelmente sobre a ampliação dos media. Assim, este órgão chamou atenção para um «program to help developing nations expand their mass media».¹⁷ Quatro anos mais tarde, em 1962, a Assembleia Geral decidiu mesmo encorajar os Estados-membros a incluir os mass media «in their economic development plans».¹⁸

O tempo veio mostrar que o papel dos media, embora importante, não tinha o poder que essas primeiras abordagens de uso dos mass media para promoção do desenvolvimento lhe haviam atribuído. Isto porque o desenvolvimento é uma equação complexa e este modelo (socioeconómico) era linear e simples. Assim, nos anos seguintes, foi sendo abandonado e passaram a considerar-se outras variáveis, como a redistribuição de recursos económicos.

Apesar dessa mudança, até ao início dos anos 80, o foco continuou a ser o papel dos governos as «engine of development».¹⁹ Contudo, na década de 1980, a comunidade internacional adotou nova perspectiva ao considerar os governos como parte do problema de desenvolvimento e não como a grande máquina impulsionadora do desenvolvimento económico, social e político.

Até à atualidade, ideias como a necessidade da literacia, ou seja, de massa crítica para os media mantêm-se, porém com abordagens e paradigmas muito diferentes. Okoro,²⁰ por exemplo, cita vários estudos que mostram como «*democratization and the processes of achieving it must be tailored toward increasing domestic and global awareness and developing sophisticated citizenry*». Mas diagnosticaram-se, entretanto, vários erros nas teorias dos anos 60-70 do século XX.

Um dos erros cometidos, que a comunidade internacional percebeu, foi o de ver a comunicação como «one-way operation». Nesse processo, «*people were being spoken to, not listened to. Development took precedence over democracy*».²¹ Este «modelo» foi abandonado, tal como outros modelos que se provaram errados como o da teoria das balas mágicas. Hoje nada disto faz, pois, sentido. As pessoas não só estão no centro do desenvolvimento, como passaram também a ser atores tidos em conta. É uma posição nova para a comunicação, mais central. A comunicação não vai num só sentido, passa a ser interativa.

¹⁷ *Ibid.*, p. 3.

¹⁸ *Ibid.*

¹⁹ *Ibid.*, p. 4.

²⁰ OKORO, Ephraim. Mass communication and sustainable political development in Africa. A review of the literature. *Studies in Media and Communication*, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 49 56, 2013.

²¹ HYDEN, Goran; LESLIE, Michael; OGUNDIMU, Folu (eds.), *op. cit.*, p. 4.

REDEFININDO O DESENVOLVIMENTO E O PAPEL DOS MEDIA A PARTIR DOS ANOS 1990

Se a década de 80, a nível mundial, trouxe essa interatividade, a de 90 aprofundou e complexificou-a. Na realidade, a partir dos anos 90, houve uma redefinição do próprio conceito de desenvolvimento, que começa a ser mais local e holístico. É nessa década que começam, aliás, a ser decalcados os paradigmas que depois se vão estender ao novo século.

Vale afirmar que durante este período surge o Índice de Desenvolvimento Humano, que tem como um dos principais criadores o prémio Nobel da Economia (1998), Amartya Sen. Aliás, as teorias de Sen, que colocam o foco em matérias geralmente ignoradas pela economia liberal como a justiça social, as liberdades, a desigualdade ou a fome, vão ganhar projeção a partir dessa década e influenciar toda a noção de desenvolvimento. São teorias que permitem, acima de tudo, perceber a sociedade como um todo.

A visão holística do desenvolvimento, em termos de comunicação «*has given rise to new forms of communication, to convey messages, downwards, upwards, and sideways*». A informação vai (e vem) em todas as dimensões, ou eixos, algo que se aprofundará com as chamadas novas tecnologias de informação e comunicação (TIC).

Mas África levava alguns anos de atraso nesses paradigmas. Nos anos 1980, pouca diferença ainda havia em relação às décadas anteriores e a interatividade referida era escassa. Ponto fundamental para iniciar essas mudanças foram os anos 1990, com a privatização dos media africanos. Na génese dessas mudanças, estariam os processos de transição política do regime autoritário para o democrático, que ocorreram um pouco por todo o continente e que levaram Huntington a denominá-los como a «terceira onda de democratização»,²² que culminou com o fim dos regimes dos partidos únicos, que controlavam os media.

Assim, a partir dos anos 1990, com a consequente abertura política, começa a haver então um panorama mediático mais plural, algo fundamental em democracia, embora possa existir em outros regimes. Hyden et al. relembram que «*many African Countries had a fledgling indigenous press at the time of Independence*».²³ Muitos fecharam por razões políticas, outros porque não aguentaram a pressão económica. Um caso paradigmático é o da Tanzânia, onde o partido governante – neste caso o TANU – estava interessado em ter um jornal centrado e controlado. Então cerca de 20 jornais locais, que tinham tido assistência do colonizador, acabaram por fechar por falta de dinheiro. Isto aconteceu em vários países. Mesmo em países como o Quênia, onde os jornais eram privados, os editores exerciam autocensura. E as agências de notícias nacionais ou regionais não eram melhores.²⁴

22 HUNTINGTON, Samuel. *A terceira onda: a democratização no final do séc. XX*. São Paulo: Editora Ática, 1994.

23 HYDEN, Goran; LESLIE, Michael; OGUNDIMU, Folu (eds.), *op. cit.*

24 *Ibid.*

Com as mudanças dos anos 1990, surgem então mais jornais e começa a reverter-se a tendência monopolizadora dos primeiros 30 anos da independência. Um pouco por toda a África subsariana surgem órgãos de comunicação privados independentes do governo. Assim, com a proliferação desses órgãos, o processo de democratização parece ter sido influenciado em pelo menos dois aspectos importantes. Por um lado, passou-se a trazer para o escrutínio público (pelo menos teoricamente) a ação e as decisões dos governos, revertendo o hábito de não prestar contas aos cidadãos. Por outro, ao fazê-lo, os *media* passam a funcionar como «*means of probing government policies and behavior*» e acabam por influenciar os mesmos.²⁵

Hoje, os *media* estão a contribuir para a institucionalização de um «*communicative space which enables actors to state their real concerns about issues at hand in the expectation they will be taken seriously*». (E aqui começamos a entrar no campo da governação multinível que posteriormente aprofundaremos.) Este cenário começa, pois, com a existência de *media* privados, mas também com a redefinição do paradigma mediático que como já referimos passa a atender à interatividade e a ouvir os próprios cidadãos. Note-se que o próprio paradigma de desenvolvimento segue a mesma linha. Os seus atores principais já não são os Estados, mas as pessoas, e a as diretivas são cada vez mais de foro local.

Para que tudo isto aconteça – para que as pessoas se tornem agentes e não meros receptáculos, e para que os *media* cumpram o seu papel informativo e de *watchdog* –, há, pois, um pressuposto incontornável: a liberdade.

E mais uma vez retornamos a Sen, que na sua obra clássica *Desenvolvimento como Liberdade* reafirma que fatores económicos como os rendimentos *per capita*, ou a industrialização (entre outros) são importantes, mas insuficientes, para medir o desenvolvimento. O elemento central do desenvolvimento é, na realidade, a liberdade (ou liberdades, pois há vários tipos de liberdade, as quais Sen, aliás, discrimina). Assim, «*freedoms are not only the primary ends of development, they are also among its principal means*».²⁶

Na realidade, o sucesso de uma sociedade, segundo esta abordagem, é avaliado «primordialmente pelas liberdades substantivas que os membros dessa sociedade detêm». O desenvolvimento passa, pois, por derrubar os elementos que constroem a liberdade como «*poverty as well as tyranny, poor economic opportunities as well as systematic social deprivation, neglect of public facilities as well as intolerance or overactivity of repressive states*».²⁷

²⁵ *Ibid.*, p. 12.

²⁶ SEN, *op. cit.*, p. 10.

²⁷ *Ibid.*, p. 3-4.

GLOBAL, LOCAL – ESTADO, CIDADÃO (2000-2030)

As transformações político-económicas e as mudanças nos paradigmas de desenvolvimento que aconteceram no mundo e em África, em particular desde o período das independências até os anos 1990, ajudam a perceber os conceitos adotados depois da mudança de milênio.

Nessa altura, já com o IDH adotado pela ONU e com a certeza de que a vertente social e cidadãos livres com um papel ativo eram fundamentais, surgem novas diretivas. O mundo está cada vez mais conectado, a nível do comércio e das comunicações (incluindo os *media*), mas também, «*in terms of interactive ideas and ideals*».²⁸

As iniciativas são, pois, também universais. Falamos, nomeadamente, dos oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, que surgiram em 2000, da Declaração do Milênio, da ONU, adotada por 191 Estados-membros. Trata-se de um esforço de sintetizar diversos acordos internacionais feitos em diferentes instâncias ao longo dos anos 90 sobre temas como o meio ambiente, os direitos das mulheres etc. Estes objetivos mostram também a consciência de que para haver desenvolvimento este deveria ser global. Então «representam uma parceria entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento, tendo em vista criar um clima, tanto a nível nacional como mundial que conduza ao desenvolvimento e à eliminação da pobreza».²⁹

Os ODM vieram com prazos e indicadores quantitativos para monitorar e avaliar o sucesso das metas. O prazo era 2015. A partir desse ano, sucederam aos ODM os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), que são atualmente os que se tentam alcançar e que guiam o desenvolvimento global. Estes foram definidos em 2012 na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, Rio+20. E continuam a apostar na máxima «pensar global, agir local», tentando perceber as necessidades e especificidades locais, e atuando em conformidade com as mesmas e em conjunto com as populações para atingir os desejados resultados (Nações Unidas, 2015).

Cabo Verde, o (inviável) país de desenvolvimento médio

Em 1975, aquando da sua independência, Cabo Verde terá sido considerado um país inviável devido à sua insularidade e, principalmente, à falta de recursos naturais, económicos e financeiros. A tese da (in)viabilidade do Estado de Cabo Verde foi subscrita por Henry Kissinger, um dos reputados teóricos da política externa norte-americana no período compreendido entre 1968–1976, no âmbito da qual considerava que um Estado que apresenta um PIB *per capita* inferior a 270 dólares dificilmente reunia as condições necessárias para se tornar independente.

²⁸ *Ibid.*, p. xi.

²⁹ CENTRO REGIONAL DE INFORMAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS (UNRIC). Objetivos do desenvolvimento do milênio. *Nações Unidas*, 2017. Disponível em: <https://www.unric.org/pt/objectivos>. Acesso em: 6 jan. 2018.

Volvidos cerca de 30 anos, em 2004, as Nações Unidas acordaram em elevar Cabo Verde a país de desenvolvimento médio, graduação esta que se verificou em 2008. Ao longo dos anos, o país foi marcando presença em lugares cimeiros nos índices internacionais de liberdade de imprensa e de democracia.

No entanto, como veremos, o seu percurso é em muitos aspetos semelhante ao dos outros Estados africanos. Após a Independência, viveu um regime de partido único nos 15 anos que se seguiram e viu as suas primeiras eleições multipartidárias terem lugar na leva dos anos 90. Na realidade, foi dos primeiros países africanos a realizar eleições democráticas, em 1991, além de, como nota Roselma Évora, ter sido um dos poucos em que «após a abertura política não regrediu para um novo tipo de autoritarismo baseado no fechamento do sistema político».³⁰

A alternância política tem acontecido com paz e tranquilidade e ao mesmo tempo (e interligado), o seu desenvolvimento, ainda altamente dependente da cooperação internacional, tem sido igualmente um caso de bastante sucesso ao nível dos indicadores sociais (saúde, educação etc). Essa característica permitiu que apesar do relativo fracasso em termos de desenvolvimento económico (o país, por exemplo, não tem uma indústria forte), Cabo Verde ascendesse, como referido, a país de desenvolvimento médio. Na realidade, o seu IDH era superior ao dos restantes países de desenvolvimento médio, mas a forte vulnerabilidade económica foi um fator que também pesou.

Por tudo isto, o país é, pois, um bom exemplo de que o desenvolvimento vai muito além da sua vertente económica. Mas como lidou Cabo Verde com os media durante todo este percurso histórico? Durante o partido único, a comunicação social foi facilmente dominada pelo Estado. Na realidade, não havia muito a dominar. As poucas iniciativas independentes que pudessem existir chegaram ao 5 de julho já «dominadas» pelo partido da Independência. Foi o caso da Rádio Barlavento, um órgão privado que a 9 de dezembro de 1975 foi tomado pelo «povo», segundo a historiografia do partido único, e mais concretamente pelo PAIGC. A estação passou então a ser dirigida por uma comissão do partido e o seu nome mudado para Rádio Voz de S. Vicente.

Na realidade, como afirma Silvino Lopes Évora «a liberdade de imprensa situou-se apenas no plano das ideias, e a comunicação social quase que se resumiu a uma arma política para o controlo ideológico».³¹ Quando se deu a abertura política, em 1991, «o mercado mediático era extremamente exíguo: havia a Televisão Experimental de Cabo Verde (TVEC) com pouco mais de três horas de emissões diárias, a estação radiofónica estatal e o jornal *Voz di Povo*. De resto, apenas o *Terra Nova* contradizia os órgãos estatais».³²

30 ÉVORA, Roselma. *A abertura política e o processo de transição democrática em Cabo Verde*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2001. p. 8.

31 ÉVORA, Silvino Lopes. *Políticas de comunicação e liberdade de imprensa: análise da situação cabo-verdiana entre 1991 e 2009*. 2010. 456 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Universidade do Minho, Braga, 2010. p. 3.

32 *Ibid.*, p. 352.

Pontua o autor supracitado que a abertura política trouxe algum dinamismo aos *media*, mas também concorrência a nível dos partidos, que criaram os seus próprios jornais. Contudo, estes não tiveram grande aceitação no seio da população, já que eram tidos como jornais político-confessionais. Ou seja, a própria população parece ter rejeitado a visão instrumentalista dos *media*. Esses órgãos fecharam e os dois partidos da bipolarizada sociedade cabo-verdiana criaram jornais generalistas.

Ainda durante os anos 90, e segundo o mesmo autor, assistiu-se a uma repressão dos *media*, defraudando as expectativas dos que acreditavam que a democracia traria a liberdade de imprensa. Isto, analisamos, porque além de o governo recém-eleito ter, em grande parte, sido forjado na mesma senda política do anterior, partilhando um mesmo passado, ainda não se havia imbuído de uma cultura política verdadeiramente democrática.³³

Posteriormente, já na viragem do século, houve uma nova alternância política que trouxe menos repressão, mas também uma certa polarização dos *media*, que se tornaram, por um lado, menos críticos (os da situação) e, por outro, mais críticos, sobretudo os da oposição

Quadro 1: Indicadores de desenvolvimento dos 15 Estados da CEDEAO Considerações finais

Países	Independência	Situação Política		Status de liberdade (Freedom House, 2025)	Índice Liberdade Imprensa (Repórteres sem Fronteiras, 2025)	Índice Democracia (EIU, 2024)
		Datas	Regime Político			
BENIM	1960	1961-1990 1990-1991 1991	AUTORITARISMO <i>Diversas ondas democráticas e reversas</i> Eleições multipartidárias Transição democrática Emergência democrática	PARCIALMENTE LIVRE	54,60	4.44
BURKINA FASO	1960	1960-1991 1992 2002	AUTORITARISMO Eleições multipartidárias <i>Diversas ondas democráticas e reversas</i> Emergência democrática	NÃO LIVRE	52,25	2.55

continua...

33 FURTADO, Vlademiro. Cultura política e consolidação democrática em Cabo Verde. *Revista de Ciências Sociais*, [s. l.], v. 5, n. 10, p. 16-39, 2016.

Países	Independência	Situação Política		Status de liberdade (Freedom House, 2025)	Índice Liberdade Imprensa (Repórteres sem Fronteiras, 2025)	Índice Democracia (EIU, 2024)
		Datas	Regime Político			
CABO VERDE	1975	1975-1990 1991 1991	AUTORITARISMO Eleições multipartidárias <i>Transição e continuidade democráticas</i>	LIVRE	74,98	7.58
COSTA DO MARFIM	1960	1960-1990 1990 1990-2000	AUTORITARISMO Transição multipartidária <i>Diversas ondas democráticas e reversas</i> Emergência democrática	PARCIALMENTE LIVRE	63,69	4.22
GÂMBIA	1965	1965-1994 1994-2017	DEMOCRACIA <i>Diversas ondas democráticas e reversas</i>	PARCIALMENTE LIVRE	65,48	4.47
GANÁ	1957	1957-1958 1958-1996 1996	DEMOCRACIA <i>Diversas ondas democráticas e reversas</i> Emergência democrática	LIVRE	67,13	6.24
GUINÉ-CONACRI	1958	1958-1990 1990-1993 1993-2010 2010	AUTORITARISMO Transição democrática <i>Diversas ondas democráticas e reversas</i> Emergência democrática	NÃO-LIVRE	52,53	2.04
GUINÉ-BISSAU	1974	1974-1994 1994-1998 1998-2018	AUTORITARISMO Eleições multipartidárias e Transição democrática <i>Diversas ondas democráticas e reversas</i>	PARCIALMENTE LIVRE	51,36	2.03
LIBÉRIA	1847	1847-1878 1878-2006 2006	DEMOCRACIA <i>Diversas ondas democráticas e reversas</i> Emergência democrática	PARCIALMENTE LIVRE	66,61	5.27
MALI	1960	1960-1991 1991-1992 1992-2012 2012-2018	AUTORITARISMO Transição multipartidária DEMOCRACIA <i>Diversas ondas democráticas e reversas</i>	NÃO-LIVRE	48,23	2.4

continua...

Países	Independência	Situação Política		Status de liberdade (Freedom House, 2025)	Índice Liberdade Imprensa (Repórteres sem Fronteiras, 2025)	Índice Democracia (EIU, 2024)
		Datas	Regime Político			
NÍGER	1960	1960-1991 1991-1993 1993-2011 2011	AUTORITARISMO Transição multipartidária <i>Diversas ondas democráticas e reversas</i> Emergência democrática	NÃO-LIVRE	57,05	2.26
NIGÉRIA	1960	1960-1966 1966-1998 1998-1999 2007	DEMOCRACIA <i>Diversas ondas democráticas e reversas</i> Transição democrática Emergência democrática	PARCIALMENTE LIVRE	46,81	4.16
SENEGAL	1960	1960-1963 1963-1978 1978-2000 2000	DEMOCRACIA <i>Diversas ondas democráticas e reversas</i> Emergência democrática DEMOCRACIA	LIVRE	59,43	5.93
SERRA LEOA	1961	1961-1967 1967-1991 1991-1992 1992-1998 1998-2002 2002	DEMOCRACIA <i>Diversas ondas democráticas e reversas</i> Transição multipartidária <i>Ondas reversas</i> Emergência democrática DEMOCRACIA	LIVRE	66,36	4.32
TOGO	1960	1960-1961 1961-1991 1991-1993 1993	DEMOCRACIA <i>Diversas ondas democráticas e reversas</i> Transição democrática <i>Diversas ondas democráticas e reversas</i>	PARCIALMENTE LIVRE	48,03	2.99

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos seguintes sites:

Freedom House disponível em: https://freedomhouse.org/sites/default/files/2025-03/FITW_World-2025digitalN.pdf, acesso em 3 jun. 25; *Repórteres sem fronteiras* disponível em: <https://rsf.org/pt-br/ranking>, acesso em 3 jun. 25; *The Economist Intelligence Unit* disponível em: <https://ourworldindata.org/grapher/democracy-index-eiu>, acesso em 3 jun. 25.

Os dados são claros e revelam um fato indiscutível. Quanto mais os países avançam em direção à democracia e à liberdade, a probabilidade de alcançar ou se aproximar do desenvolvimento será maior. Um exemplo claro que a tabela acima demonstra é o caso de Cabo Verde, que consegue ser melhor classificado em todos os índices internacionais considerados neste artigo. Assim, o país consegue manter uma posição de liderança em África e, em particular, na CEDEAO, demonstrando o enorme progresso feito nos

principais indicadores de desenvolvimento.

Se desde 2008 Cabo Verde é um país de desenvolvimento médio (PDM), isso deve-se muito ao fato de ter engendrado reformas socioeconômicas e políticas que se refletiram, em termos estatísticos, em aumentos substanciais do crescimento econômico e a correspondente melhorias de condições de vida para parcelas significativas da população, sedenta de condições materiais que lhes permitissem entrar no mercado consumidor.

Contudo, o grande avanço institucional conseguido a nível nacional, nos domínios acima referidos, não ofusca a existência e persistência de um resíduo significativo situado ao longo de práticas democráticas e que gera, como consequência, instabilidade socioeconômica para um número substancial da população cabo-verdiana, que se tem mantido nas margens do desenvolvimento e do progresso econômico e social.

Dados estatísticos, como aqueles verificados no Índice de Gini, mostram um país cujas desigualdades sociais se têm mantido, apesar de alguma redução, em níveis considerados elevados quando comparados com países desenvolvidos que conseguiram inverter suas trajetórias a nível de desigualdades sociais. O Índice de Gini, em 2002, situou-se em 0,53, tendo baixado para 0,42 em 2015.³⁴

O conceito de governação multinível e sua relação com media e desenvolvimento

Como referimos e demonstramos no quadro acima, a partir dos anos 1990, houve uma guinada mais ou menos generalizada rumo à democracia em África. Implementa-se o multipartidarismo e liberaliza-se a imprensa. Emerge o setor privado e, além disso, os cidadãos passam para o centro. Isso nem sempre se configurou numa participação ativa dos cidadãos nos processos de decisão, mas o papel que os media e o desenvolvimento lhes passam a dar potencializa que a sua voz seja ouvida.

Novos conceitos de governação passam também a ser tidos em conta. Referimo-nos aos conceitos da (boa) governança e, em particular, ao de governação multinível (GMN) – conceito ligado aos processos de integração a vários níveis, dos quais se destacam os níveis nacionais, supranacionais (globais e regionais) e locais.

Aliás, há que ter em conta, como refere Qobo,³⁵ que um dos grandes constrangimentos dos projetos de integração, nomeadamente o africano, é tentar ser bem-sucedido (seja a nível económico, cultural ou, em particular, de governação) em temas em que os próprios Estados-membros não conseguiram ser bem-sucedidos individualmente.

34 INE. Anuário Estatístico, Cabo Verde 2016. Praia: [s. n.], 2017. p. 75.

35 QOBO, Mzukisi. The challenges of regional integration. Africa in the Context of Globalisation and the Prospects for a United States of Africa, Tshwane, n. 145, p. 116, 2007.

Mas antes de nos alongarmos, há que tentar compreender o que é este complexo conceito, para posteriormente podermos tecer as nossas conclusões sobre a sua correlação ou não com as mudanças estruturais dos últimos 60 anos nos media e no desenvolvimento em África.

Assim, o conceito de governança multinível terá sido, primeiramente, cunhado por Gary Marks ³⁶ com a finalidade de abarcar o desenvolvimento verificado na arquitetura política da União Europeia (UE) na sequência das reformas verificadas na política estrutural da Comunidade Europeia (CE), em 1988, as quais permitiram aumentar a atividade dos atores subnacionais na arena política europeia (como é demonstrado com a criação do Comité das Regiões, em 1992/1994, e a abertura das embaixadas em representação dos atores subnacionais em Bruxelas), constatando-se uma crescente proeminência dos mesmos na tomada de decisão e na implementação de políticas no processo político europeu, por exemplo, sucede com os fundos estruturais da União Europeia.

Até então, essas reflexões tinham sido enquadradas em duas teorias principais: o intergovernamentalismo e o neofuncionalismo. De referir que esta última, apesar de ter surgido também no contexto da integração europeia, tem sido a mais destacada nas abordagens da integração africana. O intergovernamentalismo, como o próprio nome indica, coloca o foco no papel das instituições governamentais no processo de integração, enquanto o neofuncionalismo destaca as forças económicas e sociais do mercado.³⁷ Um ponto comum de ambas as teorias é o facto de não darem atenção aos atores de «carne e osso» – uma falha detetada por Marks e que tenta colmatar com a teoria de *multilevel governance* proposta e desenvolvida por ele através da descrição do processo de tomada de decisão na União Europeia, após as reformas estruturais verificadas na sua arquitetura institucional.

Assim, um dos méritos da sua reflexão é introduzir «*the visions, passions and interests of real life individuals and asserted the autonomous explanatory force of a third paradigm, that of multi-level governance*».³⁸ Este conceito enquadra fenómenos que, conforme a autora refere, ocorrem na mobilização política (nível político); nos acordos para a formulação de políticas (nível das políticas) e nas estruturas estatais (nível do governo).

Então, na elaboração das políticas, há, como diz Piattoni, um esbatimento das estruturas autoritárias, que são cada vez mais flexíveis. Mudanças «*are taking place at all levels of analysis: politics, policy and polity*».³⁹ Ora o mesmo acontece com os novos paradigmas dos media e do desenvolvimento como, aliás, acima fizemos menção.

³⁶ MARKS, Gary. Structural policy and multi-level governance in the EC. In: CAFRUNY, Alan W.; ROSENTHAL, Glenda G. (eds.). *The state of the european community*. Boulder: Lynne Rienner, 1993. p. 391 411.

³⁷ PIATTONI, *op. cit.*

³⁸ *Ibid.*

³⁹ *Ibid.*

No mesmo sentido, mostra a autora que as autoridades não-centrais (como as entidades locais) e as organizações não-governamentais (ONG) têm um papel importante nas políticas da União Europeia e, portanto, conseguem ultrapassar o *gatekeep* dos Estados e outras instituições centrais. Assim, o jogo das decisões e da governança não ocorre apenas a nível nacional e supranacional. O local e os próprios cidadãos são níveis a ter em consideração.

Há redes que interagem nos diferentes níveis entre governos, atores políticos e diversos atores da sociedade civil. «*The presumption of multi-level governance is that these actors participate in diverse policy networks and this may involve sub-national actors – interest groups and subnational governments – dealing directly with supranational actors*». ⁴⁰

Há um outro aspecto desta abordagem que interessa aqui ressaltar: «*Policy-making no longer separates neatly policy-makers from policy-receivers, nor does it distinguish between public and private actors*». ⁴¹ Autores posteriores a Marks, principalmente Philippe Schmitter, ⁴² colocaram a governação multinível «no centro do núcleo teórico de todas as teorias de integração da UE», posicionada na interseção de todas as teorias sobre integração europeia. Esse autor considera que a GMN é a melhor descrição e explicação do modo de funcionamento da União Europeia, um modelo que, aliás, tem sido adotado e estudado pelos próprios teóricos da integração africana, pós-pan-africanismo.

Assim, tal como várias teorias de integração (e outras) concebidas em contexto europeu foram sendo sistematicamente (ainda que muitas vezes sem sucesso) aplicadas em África, também o complexo conceito de GMN pode fazer essa passagem. Até porque também este conceito é filho do *air du temps* e das múltiplas forças que atuam sobre os mais diversos paradigmas da vivência social, económica e cultural. Todavia, esse trânsito ainda se afigura demasiado espinhoso em África, haja vista os múltiplos obstáculos com os quais muitos países da África Ocidental ainda se confrontam. Em Cabo Verde, dados da comunidade internacional mostram que o país vem trilhando caminhos convergentes com as perspectivas propostas e defendidas pela teoria da governação multinível.

As reformas encetadas após a abertura política, em 1990, que culminaram com o reforço e aprofundamento da descentralização pela via da criação de autoridades locais, independentes do poder central e que, em tese, competem com diversos atores, quer a nível nacional, quer em nível supranacional global e regional, na provisão dos bens e serviços essenciais à população, têm sido objeto de destaque e reconhecimento

⁴⁰ Gary Marks *et al.* European integration from the 1980s: State-centric v. multi-level governance. *Journal of Common Market Studies*, [s. l.], v. 34, n. 3, p. 341-377, 1996.

⁴¹ PIATTONI, *op. cit.*

⁴² SCHMITTER, Philippe. Neo-neo-functionalism. In: WIENER, Antje; DIEZ, Thomas (eds.). *European integration theory*. Oxford: Oxford University Press, 2004. p. 45-74.

internacionais, levando renomados teóricos da política internacional a considerar o país como um bom exemplo e caso de sucesso em África.⁴³

Furtado⁴⁴ mostra que a boa governação, apregoada pelo Banco Mundial, desde finais dos anos 1980, como condição política para países acederem aos financiamentos externos, tem sido capitalizada desde cedo pelo país, por meio da implementação de reformas políticas e económicas no setor público que permitiram a ampliação do campo de intervenção dos atores subnacionais, bem como diversos atores públicos e privados, que passaram a relacionar-se de forma mais estreita e concertada. A meta de desenvolvimento médio alcançada pelo país desde 2008 talvez não fosse possível se as estratégias do país não fossem convergentes com os paradigmas de desenvolvimento, governação multinível e com o papel catalisador ou «de charneira» que os media devem desempenhar em todo esse processo de desenvolvimento.

CONCLUSÕES

Este artigo mostrou, primeiramente, que em termos teóricos há uma ligação retroativa entre desenvolvimento e media. Essa ligação sofreu mudanças e transformações ao longo do tempo, pois durante os anos 50 e 60 do século XX as teorias do desenvolvimento eram muito lineares e *top-down*, particularmente em África, onde os próprios *media* – fruto das circunstâncias – seguiam também essa abordagem, que punha o governo e suas iniciativas no centro e remetia os cidadãos para um lugar periférico e mudo. As abordagens e conceitos foram mudando e, principalmente após os anos 90, as pessoas passam a estar no centro de tudo. No caso dos media, essa evolução deveu-se muito aos processos de democratização que assolaram África e que estiveram na base da terceira vaga da democratização, noção cunhada e desenvolvida por Samuel Huntington.

Portanto, esses processos contribuíram para que se passasse da perspectiva meramente linear para a perspectiva interativa e, desta, para a multi-interativa. O desenvolvimento passa a ser mais participativo neste século, com a deslocação de algum poder para as mãos dos cidadãos, aumentando assim as chances de se ter cidadãos bem-informados para poder cumprir melhor o seu papel de *players* e decisores do processo de desenvolvimento.

As mudanças ocorridas parecem ser a tendência destas primeiras décadas do século XXI e acontecem também ao nível da tomada de decisões e elaboração de políticas, seja no campo nacional, seja no supranacional. Assim, podemos dizer que há uma correlação entre as mudanças de paradigma e funcionamento dos media e do desenvolvimento e a governação seja a título dos Estados-nação, seja a nível da integração.

43 MEYNS, Peter. Cape Verde: an african exception. *Journal of Democracy*, [s. l.], v. 13, n. 3, p. 153-165, 2001.

44 FURTADO, Vlademiro. *Governança multinível e ajuda pública ao desenvolvimento: o caso de Cabo Verde*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa, Portugal, 2011.

Analisando, primeiro, o nível dos Estados: nos três conceitos, a ação deixa de ser top-down e passa a dar-se em várias direções. As reflexões passam a integrar não apenas visões e interesses de um governo central e monocórdico, mas também de ONG, grupos económicos e dos cidadãos em si, «de carne e osso», como lhes chamou Piattoni.⁴⁵

Então, as características apontadas ao conceito de GMN são semelhantes às mudanças ocorridas nos *media*, onde a voz do público se ouve cada vez mais, seja como protagonistas das notícias, seja pela exigência de ver certos temas contemplados, seja ainda pelos próprios cidadãos se tornarem fazedores, ou pelo menos difusores, da informação dos *media*.

A dimensão multinível e interativa que a comunicação social e o desenvolvimento passam a ter é igualmente visível no paradigma da GMN, onde – mais uma vez citando Piattoni⁴⁶ – as fronteiras entre quem faz as políticas e quem as recebe se esbatem. Tal como se esbate a fronteira entre quem decide a agenda e as mensagens mediáticas, ou os objetivos e formas de alcançar o desenvolvimento.

Verificamos, pois, um alinhamento e retroinfluência entre as mudanças que se têm operado a nível dos *media*, o paradigma de desenvolvimento e o surgimento da GMN. Em África, a primeira tentativa de integração pós-colonial foi altamente política e pan-africanista, centrada em governos de partido único e no modelo «desenvolvimentista». Com a passagem para a democracia, o próprio projeto de integração passa a ser mais neoliberal (com as suas vantagens, mas também desvantagens), permitindo uma maior atuação das forças económicas e do setor privado, mas também dos próprios cidadãos.

Ao trazer os cidadãos para o centro do desenvolvimento, aumenta-se, por um lado, a responsabilidade dos *media* em mantê-los informados e, por outro, a possibilidade de uma maior ingerência e influência nos processos governativos e de tomadas de decisões. Ao mesmo tempo que os *media* ganham responsabilidade, retroalimentam a demanda de papéis mais ativos no desenvolvimento e na própria governação seja a nível nacional, local ou regional. A ideia de que o desenvolvimento e cidadãos cada vez mais com maior literacia permite novas formas de governação, em que estes assumidamente se destacam e onde as estruturas se esbatem, é aliás condensada pela Comunidade dos Estados da África Ocidental, na sua visão de 2020: «De uma CEDEAO dos Estados a uma CEDEAO dos povos». Tal como nos *media* e no desenvolvimento, também nas instâncias da integração vemos, pois, uma tendência para pôr a população no centro.

Em relação a Cabo Verde, salta à vista o facto de o país ter passado de um regime de partido único a uma democracia bipolarizada, mas bastante estável, e de se ter

⁴⁵ PIATTONI, *op. cit.*

⁴⁶ *Ibid.*

tornado num «bom» exemplo de superação e de desenvolvimento, pelo menos no que toca aos fatores sociais. Todavia, como ficou evidente, nem sempre a liberdade de imprensa existente terá correspondido empiricamente. Apesar de se verificar uma evolução, a ingerência das «forças partidárias» ainda é por demais evidente nos *media* cabo-verdianos. Assim, podemos concluir que se por vezes nem sempre *media* livres e desenvolvimento andam a par e passo, sendo que outros fatores influenciam este último (como o apoio financeiro e técnico da ajuda externa, legislações modernas e trabalho das ONG) os paradigmas, de certo modo, avançaram no mesmo sentido do que acima afirmamos.

O apoio internacional «obrigou» a que o país se alinhasse com os paradigmas de desenvolvimento. Em 1992, por exemplo, criaram-se governos locais. O poder dividiu-se. A ajuda externa é hoje vocacionada para projetos de base comunitária. Os planos estratégicos do governo fazem eco dos objetivos do desenvolvimento sustentável. As redes sociais ganharam força e começam não só a influenciar a agenda jornalística, como o próprio poder executivo. A sociedade civil começa a despertar e isso verifica-se em manifestações contra diplomas legislativos ou contra a excessiva centralização do país. Abrem-se iniciativas locais e centrais para a participação, seja a nível dos orçamentos, seja a nível de propostas legislativas. Falta essencialmente um setor privado forte para que se complete o quadro de maior independência. Mas, apesar de tudo, não podemos ainda dizer que o país tenha conseguido verter nos *media* e na governação as características e evolução que o conceito de desenvolvimento tem assinalado. Talvez primeiro venha então o desenvolvimento, e depois o resto. Sendo que o que falta é, pois, a parte do desenvolvimento económico que poderá ser a alavanca para o resto. Seja como for, os novos paradigmas de governação, *media* e desenvolvimento também se fazem sentir em Cabo Verde, independentemente da sua concretização.

SOBRE O AUTOR

Vlademiro Furtado: Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e professor na Universidade de Cabo Verde.

Submissão em 12 de junho de 2025

Aceito em 2 de julho de 2025